

# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA TRAMITAÇÃO DE:



PROJETO DE LEI N. º 004/2	N. UU4/2U2	11.		L	L	D	U	1	L	JJ		K	ľ
---------------------------	------------	-----	--	---	---	---	---	---	---	----	--	---	---

RESOLU	ÇÃO N. °/	20.					
REQUER	IMENTO N. °/2	20.					
MOÇÃO	N. °/2	20.					
ASSUNT	O:		* * * *				
"DISP	ÕE SOBRE O SUE ZORTÉ	SSÍDIO D A, PAR	OOS VER A A LEG	EADORES ISLATURA	DA CÂMAF 2021/2024'	RA MUNICIP '.	AL DE
AUTOR:	Poder Executivo						
AUTOR:	Poder Legislativo	X					

**MOVIMENTAÇÃO** 

	MOVIMENTAÇÃO		A
DA:	PARA	DATA	ASSIN, PRESID. COMISSÃO
MESA DIRETORA	Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	16/06/2020	(000)
	Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação	16/06/2020	Muly
	Comissão de Serviços Públicos, Agricultura, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo:		

# CONCLUSÃO:

APROVADO EM:	//2020.
APROVADO COM EMENDAS EM ANEXO, EM:	23 /06 /2020. B
REJEITADO EM:	//2020.



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



PROJETO DE LEI N. 004/2020

ORIGEM: PODER LEGISLATIVO

### EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA

Os vereadores da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final, com anuência dos demais vereadores que abaixo subscrevem, todos titulares do Poder Legislativo Municipal, com base no Art. 152, § 1º, I e IV c/c § 2º do mesmo artigo, ambos do Regimento da Câmara Municipal de Vereadores, resolvem propor a seguinte emenda modificativa e supressiva ao Projeto de Lei Legislativo n. 004/2020.

Art. 1º. O Art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Art. 7º A ausência não justificada de vereadores nas reuniões das Comissões Temáticas, importará em desconto de 2% (dois por cento) do subsídio mensal, para cada falta apurada, de acordo com o inciso II do § 8º do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único: Suprimido.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2020.

Paulo Cesar da Cunha Tavares

Presidente

Relatora

Claudemir Fabiano

Membro

Vereadores:

Valmir Alves

Vereador

Adão de Mattos

Vereador

esandro Moro

Vereador

loao de Nascimento

Vereador

Marcia Jung

Roberto Menegaz

Vereadora

Vereador

Rua Otaviano Franceschi, 53 - Centro - Cep: 89633-000 - Zortéa / SC - e-mail: camara@zortea.sc.gov.br - Fone: (49) 3557-0011



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



PROJETO DE LEI LEGISLATIVO № 004/2020 DE 15 DE JUNHO DE 2020 AUTORIA: MESA DIRETORA LIDO EM EXPEDIENTE

SESSÃO 16 106 12020

Presidente da Câmera de Vereadores

"Dispõe sobre o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Zortéa, para a Legislatura 2021/2024".

Art. 1º O subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Zortéa será fixado nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Vereadores da Câmara Municipal de Zortéa receberão subsídio mensal no valor de dois mil seiscentos e trinta e seis reais (R\$ 2.636,00).

Art. 3º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais (R\$ 3.954,00).

Parágrafo único. O substituto legal, que na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus a recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição, por mês ou fração.

- Art. 4º Em caso de substituição os vereadores suplentes terão direito ao valor do subsídio mensal proporcional ao número por participação em sessão plenária, ordinária e extraordinária, ou, em caso de não participar de sessões plenárias, das reuniões nas Comissões Temáticas, ou ainda na ausência destas, de 1/30 por dia de substituição.
- Art. 5º O subsídio mensal dos vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Parágrafo único. As sessões plenárias extraordinárias, nos termos da Constituição Federal, art. 57, § 7º não serão remuneradas.

- Art. 6º A ausência de Vereadores em sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio, proporcional ao numero total de sessões ocorridas no mês.
- §1º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para ausência, sob a forma de requerimento.
- § 2º Excetuam-se dos descontos de que tratam este artigo às ausências relativas as sessões extraordinárias sem que o vereador tenha tomado ciência da convocação, desde que assim justifique e seja aceito pelo Plenário nos termos deste artigo.
- Art. 7º A ausência não justificada de Vereadores nas reuniões das Comissões Temáticas importará em desconto proporcional ao total das reuniões realizadas no mês.

Parágrafo único. Para efeitos de cálculo da proporção de que trata este artigo será considerado o equivalente a trinta por cento (25%) do subsidio mensal do vereador.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



- Art. 8º A licença do Vereador, por motivo de doença, desde que comprovada e aprovada, nos termos desta Lei, será integralmente remunerada.
- § 1º Estando o Vereador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social a licença-saúde será completada até o valor do subsídio integral.
- § 2º Em caso de o Vereador não ter completado o período de carência necessária para a obtenção do beneficio previdenciário, o pagamento do subsidio será integral.
- Art. 9º O subsidio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá seu valor revisado anualmente, observado os limites legais e constitucionais, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observado para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo único. Exceção será feita no primeiro ano do mandato onde os agentes políticos de que trata esta Lei não farão jus à revisão geral que exceda de 1º de janeiro até a data da concessão.

Art. 10. Além dos subsídios mensais, os Vereadores perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago o décimo - terceiro salário aos servidores do Município, uma importância igual ao subsídio vigente naquele mês.

Parágrafo Único - Quando houver pagamento da metade da remuneração de um mês aos servidores, a título de adiantamento do décimo - terceiro salário, na forma da lei municipal, igual tratamento será dado aos Vereadores.

- Art. 11. É condição da legalidade para o pagamento do subsidio dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.
- Art. 12. Os subsídios de que trata essa lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores e agentes políticos.
- Art. 13. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
- Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e eficácia a partir de 1º de Janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores de Zortéa, 15 de junho de 2020.

Mesa Diretora

Roberto Menegaz Presidente

Alesandro Moro

1º Secretário

Márcia Aparecida da Silva Jung Vice-Presidente

2º Secretário

Rua Otaviano Franceschi, 53 - Centro - Cep: 89633-000 - Zortéa / SC - e-mail: camara@zortea.sc.gov.br - Fone: (49) 3557-0011



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Parecer Nº: 007/2020

Projeto de Lei Nº. 004/2020 Autor: Poder Legislativo

#### I – Relatório

Vem a exame desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal. O projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA, PARA A LEGISLATURA 2021/2024".

#### II - Fundamentação

Cabe a esta Comissão pronunciar-se sobre constitucionalidade, juricidade e regimentalidade das matérias que lhe foram submetidas, bem como, emitir parecer quanto ao mérito sobre a matéria que se refere o Projeto de lei acima citado.

#### Conclusão

O PL obedece aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade nas proposições, não apresentando nenhum vício de ordem formal ou material e não encontrando óbices à deliberação, sendo entendimento estar apto à votação. Em razão do exposto, a comissão exara parecer favorável à deliberação do projeto de lei em plenário.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2020.

Parecer Favorável

Claudemir Fabiano

Membro

Ivanilda Kantovick

Relatora

Paulo Cesar da Cunha Tavares

Presidente



### CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



#### Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

Parecer No: 007/2020

Projeto de Lei Nº. 004/2020 Autor: Poder Legislativo

#### I – Relatório

Vem a exame desta Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação o Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal. O projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA, PARA A LEGISLATURA 2021/2024".

#### II – Fundamentação

Cabe a esta comissão exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentaria de adequação ao Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentaria e Lei Orçamentaria Anual. Cabe analisar assuntos de caráter financeiros sobre tributação municipal, empréstimos públicos, celebração de contatos, ajustes e consórcios, além de analise que representem mutação patrimonial

#### Conclusão

O PL obedece aos requisitos Orçamentários e financeiros, não apresentando óbices à deliberação, sendo de entendimento estar apto à votação. Em razão do exposto, a comissão exara parecer favorável à deliberação do projeto de lei em plenário.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2020.

Parecer Favorável

Adão de Mattos

Membro

Joao do Nascimento

Relator

Valmir Alves

Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



Comissão de Serviços Públicos, Agricultura, Transportes, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Comércio e Turismo:

Parecer Nº: 007/2020

Projeto de Lei Nº. 004/2020 Autor: Poder Legislativo

#### I - Relatório

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal. O projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA, PARA A LEGISLATURA 2021/2024".

#### II – Fundamentação

Cabe a esta Comissão Exarar Parecer sobre todos os processos atinentes a realização de obras e a execução de serviços em todas as áreas de atuação da administração pública municipal acompanhando a execução do Plano Diretor, Código de Obras e Postura, edificações, Código Ambiental, urbanização. Além de emitir parecer sobre a organização da estrutura da Administração Municipal, criação e extinção ou transformação de cargos, emprego ou função pública, carreiras e regime do servidor público.

#### Conclusão

O PL obedece aos requisitos regimentais e legais quanto aos serviços e obras públicas nas áreas em que compreende. Esta Comissão não encontra óbices à deliberação, sendo assim estando o projeto de lei acima citado apto à votação. Em razão do exposto, a comissão exara parecer favorável à deliberação do projeto de lei em plenário.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2020.

Parecer Favorável

Alesandro Moro

Membro

Marcia Jung

Relatora

João do Nascimento

Presidente



# Estado de Santa Catarina CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



#### PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO № 004/2020 de 15 de junho de 2020

**AUTORIA: MESA DIRETORA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL** 

EMENTA: DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA PARA A LEGISLATURA 2021/2024.

Excelentíssimos Presidentes e demais vereadores membros das Comissões Permanentes da Câmara de Vereadores de Zortéa.

#### **Breve Relatório**

Trata-se do pedido de autorização legislativa para **DISPOR SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA PARA A LEGISLATURA 2021/2024.** 

#### Fundamentação

Em apertada síntese, o Projeto de Lei em epígrafe trata-se da autorização legislativa fixar subsídios dos Vereadores do Município para a legislatura de 2021 a 2024.

A Competência para tanto, está prevista na Lei Orgânica Municipal, em seu artigo n. 15, inciso VII que ensina que é privativa à Câmara Municipal:

Art. 15. Compete privativamente à Câmara Municipal:

[...]

VII – fix<mark>ar o s</mark>ubsí<mark>dio do</mark>s ag<mark>entes</mark> políticos, até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da legislatura para a subsequente, nos termos da Constituição da República e deste Lei Orgânica.

A deflagração do Projeto de Lei com este fim específico, está previsto no Art. 63 do Regimento da Casa Legislativa, que determina a "fixação, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, observados os parâmetros especificamente estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, obedecidos os preceitos constitucionais".

A determinação do Art. 63 vem combinado com parágrafo primeiro do Art. 130 do mesmo regimento que exige a anuência da maioria dos membro da mesa diretora aos projetos de sua iniciativa.

Rua Otaviano Franceschi, 53 - Centro - Cep: 89633-000 - Zortéa / SC - e-mail: camara@zortea.sc.gov.br - Fone: (49) 3557-0011



# Estado de Santa Catarina CÂMARA MUNICIPAL DE VEDE

### CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



As determinações previstas nos preceitos legais até aqui identificados, estão atendidas no Projeto de Lei em análise.

O Projeto em epígrafe também respeita as determinações previstas na Recente lei Complementar Federal n. 173/2020 de 27 de maio de 2020, no que se refere ao aumento da despesa de pessoal por órgão da administração pública dos entes da federação.

Com o intuito de adequar o Projeto em análise à Lei Orgânica Municipal, essa assessoria sugere **emenda modificativa e supressiva de Comissão**, de acordo com os incisos I e IV do § 1º do Art. 152 da Casa, com o seguinte texto:

O caput do art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º A ausência não justificada de vereadores nas reuniões das Comissões Temáticas, importará em desconto de 2% (dois por cento) do subsídio mensal, para cada falta apurada, de acordo com o inciso II do § 8º do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único: Suprimido.

Preenchidos os preceitos legais e constitucionais, com a sugestão de emenda modificativa e supressiva, essa assessoria opina pela admissibilidade do projeto em epígrafe, entende que a matéria deste Projeto de Lei deve ser apreciada por todas as Comissões Permanentes da Casa, de acordo com os artigos 85 e 86 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e, pela proximidade do encerramento do ano legislativo, a sua análise seja feita em conjunto pelas três Comissões de acordo com o art. 91 desta Casa Legislativa.

#### Conclusão

Uma vez preenchidos os requisitos legais e constitucionais, com as Emendas modificativa e supressiva, o parecer dessa assessoria jurídica é pela legalidade do projeto em sua essência, cabendo aos nobres Vereadores, no entanto, a análise do mérito com deliberação obrigatória em plenário.

S.M.J, este é o Parecer.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2020.

JOÃO MARCELO GUAREZ PEREIRA

ASSESSOR JURÍDICO - OAB/SC № 37022